



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

ESTUDOS PRELIMINARES

Registro de Preços para fornecimento de dispositivos criptográficos (token)
para armazenamento de certificados digitais.



Assinado com senha por DANIEL AZEVEDO FERREIRA(usuário), ARILSON GALDINO DA SILVA(usuário) e ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE(usuário).
Use 2551457.16735055-5051 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 19/04/2022 11:27



PAPRO202001874V01





1. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Visando garantir a identificação legal e inequívoca, no âmbito da rede mundial de computadores, de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e garantindo continuidade aos projetos de “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “SigaDoc”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará eletrônico”, existentes no Sistema Libra e PJe (Processo Judicial Eletrônico), bem como, o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Bacenjud, Serasajud, SEEU e PJe – CNJ), é peremptória a aquisição de dispositivos criptográficos do tipo token para armazenamento de certificados digitais, além da renovação constante e gradual dos que estão próximos ou que já tenham expirado a validade.

Os sistemas integrantes do processo de modernização do poder judiciário demandam do magistrado e do servidor, assim como de todos os documentos gerados por estes, o não repúdio de suas atividades, garantindo a autenticidade mediante o uso dos certificados digitais.

O certificado digital é um documento eletrônico que funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor de uma mensagem ou transação feita em meios eletrônicos, como a web. Esse documento eletrônico é gerado e assinado por uma terceira parte confiável, ou seja, uma Autoridade Certificadora (AC) que, seguindo regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas. Os certificados contêm os dados de seu titular conforme detalhado na Política de Segurança de cada Autoridade Certificadora.

1.2. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A contratação alinha-se estrategicamente com os temas da Eficiência Operacional, Acesso aos Sistemas de Justiça, Alinhamento e Integração, do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Pará visando promover a integração e celeridade na prestação dos serviços e aumentando a eficiência da atividade meio, assim como na atividade fim, bem como alinha-se ao Plano Estratégico de TIC (PETIC), Macrodesafio 3.1. Segurança da Informação, Macrodesafio 3.2. Software, Macrodesafio relacionado: Celeridade e Produtividade na prestação jurisdicional, iniciativa estratégica relacionada 3.2.5. Prover a implantação e consolidação do Processo Judicial Eletrônico, ação: Assegurar a implantação e consolidação do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do poder Judiciário Estadual em todas as instâncias de Julgamento.

1.3. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS

a) Estimativa das quantidades

	Itens	Quantidade	2020	2021
7	Mídia criptográfica (Token)	1000	224	776

Os dados acima foram lançados levando em consideração o quantitativo de certificados a vencer de setembro de 2020 até agosto de 2021 (sem contar a admissão de novos magistrados/servidores), anos nos quais ainda utilizaremos o orçamento de 2019.

b) Soluções disponíveis no mercado de TIC e seus respectivos fornecedores

Atendendo ao objetivo de identificar legal e inequivocamente, no âmbito da rede mundial de computadores, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Certificação Digital segue





regras estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, associando uma entidade a um par de chaves criptográficas, o que confere a solução de caráter único para atendimento das demandas do processo de modernização do poder judiciário.

No processo de emissão de um certificado digital é necessário que o solicitante se encaminhe a uma Autoridade de Registro (AR) da Autoridade Certificadora (AC) com um dispositivo criptográfico, realize e validação presencial para aprovação do certificado e posterior emissão dele na mídia criptográfica.

Modelo	Safenet-Gemalto Etoken 5110	Token Starsign Crypto GD Burti
Fornecedor	Serasa/Certisign/Soluti/Digisec/Objectti	Serasa/Certisign

c) Contratações públicas similares

Utilizando-se a ferramenta de pesquisa “Banco de Preços”, localizada no sítio web www.bancodeprecos.com.br, a qual permite consultar pregões eletrônicos realizados pelo sistema do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal (COMPRASNET) foram identificadas as seguintes contratações públicas similares:

1	Identificação	Pregão: 682019 / UASG: 925814
	Órgão	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
	Objeto	Registro de preços visando à aquisição futura de Solução de Certificação Digital para suprir as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.
	Fornecedor	OBJECTTI SOLUCOES LTDA
2	Identificação	Pregão: 152020 / UASG: 925509
	Órgão	GOVERNO DO ESTADO DO ACRE Tribunal de Justiça do Estado do acre
	Objeto	Emissão e renovação de Certificado Digital para suprir as demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
	Fornecedor	OBJECTTI SOLUCOES LTDA
3	Identificação	Pregão: 12020 / UASG: 160027
	Órgão	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA 4º Batalhão de Engenharia de Construção





Objeto	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de CERTIFICAÇÃO DIGITAL e aquisição de TOKEN USB, para atender as necessidades do 4º Batalhão de Engenharia de Construção.
Fornecedor	OBJECTTI SOLUCOES LTDA

Na tabela abaixo destacamos as contratações e os valores unitários de cada item. Trata-se de mero referencial de preço, sendo necessário a pesquisa de mercado para obtenção dos custos da solução, pois as quantidades não são as mesmas que o Tribunal necessita.

CONTRATAÇÕES “SIMILARES” (VALOR UNITÁRIO)				
ITEM	1	2	3	MÉDIA
1	R\$35,00	R\$36,00	R\$42,00	R\$37,66

d) Requisitos do objeto

O processo aqui pretendido destina-se ao registro de preços aquisição de mídias criptográficas (tokens) e deverá considerar os seguintes requisitos básicos nos itens abaixo.

- Chassi resistente à água e violação;
- Possibilitar o armazenamento de certificados digitais do tipo A3, da cadeia V5 AC JUS/ ICP-Brasil e e-CPF/ICP-Brasil;
- Possuir memória mínima de 72 (setenta e dois) KBytes;
- Permitir o armazenamento de no mínimo 3 (três) certificados digitais e seus pares de chaves, tamanho 2.048 bits SHA-2;
- Possuir, no mínimo, certificação para o nível 03 de segurança do padrão FIPS 140-2 (Federal Information Processing Standards Publications);
- O número de tentativas consecutivas de erro do PIN (código de acesso do usuário), bem como do PUK (código de acesso do administrador) deverá ser de no máximo 15 (quinze);
- Led com indicação de operação;
- O produto deverá ser entregue com solução de gerenciamento das funções básicas do token, para Windows 7 e versões superiores, Linux (kernels 2.4 ou superiores e estáveis) e Mac OS X 10.4 Tiger e versões superiores;
- Ser compatível com o programa gerenciador de token SafeNet Authentication Client 8.1 SP2(8.1.425.0) e versões posteriores, que permita a instalação em português e importação e exportação de certificado;
- Suporte padrão para aplicações usando PKCS#11;
- Disponibilizar driver para que os frameworks Java JCA e Java JCE se comuniquem em perfeita harmonia com a biblioteca PKCS#11 nativa do token, de tal forma que aplicações em Java possam utilizar qualquer das funcionalidades existentes no padrão PKCS#11 por meio dos frameworks Java JCA e Java JCE;





- Token criptográfico USB, homologado em conformidade com o padrão ICP-Brasil e constante na lista de homologação disponível no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) segundo o link https://www.iti.gov.br/images/repositorio/legislacao/documentos-principais/04/DOC-ICP-04_-_Versao_7.0_-_;
- Total compatibilidade com os certificados digitais A3 para pessoas físicas e jurídicas;
- Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number), compostos por caracteres alfanuméricos, de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do TJPA;
- Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
- Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari a partir da versão 3.2.1.
- Possuir conector USB, tipo A (macho), versão 1.0 (compatível com 2.0) ou superior;
- Permitir a conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
- Utilizar algoritmo simétrico 3-DES ou AES, com chaves de, no mínimo, 128 bits para cifrar as chaves privadas armazenadas;
- Utilizar algoritmo simétrico 3-DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3);
- Utilizar algoritmo RSA/SHA-2 ou RSA/SHA-1 para geração de assinaturas;
- Possuir algoritmo simétrico AES, sua chave gerada por derivação, a partir de um código de acesso escolhido pelo titular do repositório;
- Possuir CSP – Cryptographic Services Provider para Windows (Windows 7 e versões superiores) e em conformidade com o padrão da CryptoAPI 2.0, da Microsoft (Windows 7 e versões superiores);
- Possuir biblioteca de objetos compartilhados em ambiente Linux (.so) e dynamics-link library (.dll) em ambiente Windows que implemente, em sua completude, o padrão PKCS#11 v2.0 ou mais recente;
- Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4;
- Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o Certificado Store no ambiente Microsoft Windows 7 e versões superiores;
- Permitir personalização eletrônica através de parâmetro identificador interno (label);
- Permitir a gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459 (Request for Comments 2459);
- Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo;
- Implementar mecanismo de autenticação tipo challenge-response;
- Avisar o titular do dispositivo, a cada vez que uma função for ativada, utilizando a sua chave privada. Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida;
- Bloquear a exportação da chave privada, condicionando as transações que forem utilizadas dentro do token;
- Permitir a exportação dos certificados armazenados na mídia;





- Importar os certificados em formato PKCS#7 para a área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315 (Request for Comments 2315);
- Importar os certificados em formato PKCS#12 para a área de armazenamento do dispositivo;
- Visualizar os certificados armazenados no dispositivo.

1.4. DIFERENTES SOLUÇÕES QUE ATENDAM AOS REQUISITOS

a) Disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública

Não existem outras soluções que atendam os nossos requisitos, motivo pelo qual é necessário fazer uma nova contratação ou registro de preços.

No entanto, como há necessidade de aderir aos itens sob demanda, faz-se necessário a elaboração de um registro de preços.

b) Soluções existentes no Portal de Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>)

Não se aplica por não se tratar de uma solução de software, a despeito de existir software envolvido no processo, a solução de tokens para armazenamento de certificados digitais não envolve o desenvolvimento de um sistema para o atendimento da demanda.

c) Capacidade e as alternativas do mercado de TIC

Não existem alternativas que atendam aos requisitos desta contratação.

d) Observância ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário

Não se aplica por não se tratar de solução que tenha de observar as regulamentações estabelecidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

e) Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)

Por se tratar de um registro de preços para fornecimento de dispositivos tokens criptográficos para armazenamento de certificados digitais, a contratação é plenamente aderente à legislação vigente e normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

f) Observância ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (More-Jus)

A natureza do objeto não é compatível com o modelo de requisitos em questão.

g) Orçamento estimado

Considerando o mapa de preços, temos que o valor máximo do registro de preço será de R\$69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais).

1.5. ANÁLISE E COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS TOTAIS DAS OPÇÕES IDENTIFICADAS E A APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTIMADO

Foi realizada a média de preço entre as propostas enviadas e as atas de registro de preço vigentes para a formação de preço médio, conforme tabela resumida abaixo e tabela detalhada em anexo.

ITEM	Descrição	QTD	Pregão: 682019 / UASG: 925814	Pregão: 152020 / UASG: 925509	Pregão: 12020 / UASG: 160027	Proposta Objectti	Proposta Soluti	Proposta Digisec	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
1	Mídia criptográfica	1000	R\$ 35,00	R\$ 36,00	R\$ 42,00	R\$ 89,00	R\$ 95,00	R\$ 120,00	R\$ 69,50	R\$ 69.500,00
TOTAL										R\$ 69.500,00





A Ata de Registro de Preços n.º 24/2020 do Pregão n.º 68/2019, de aquisição de Solução de Certificação Digital para suprir as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, foi publicada em período anterior a pandemia COVID-19, a qual produziu excessiva variação cambial, elevando consideravelmente produtos importados. O desequilíbrio analisado está estreitamente ligado aos valores dos dispositivos a serem adquiridos, caracterizando-se como vantajosa a adesão do item 2 da ARP supramencionada.

1.6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações interdependentes são as de certificados digitais que são armazenados nos dispositivos criptográficos em questão, que se fazem necessários juntamente com o objeto principal para a completa prestação do serviço.

1.7. ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

O registro de preços de para fornecimento de dispositivos tokens criptográficos para armazenamento de certificados digitais atendem a uma necessidade dos sistemas integrantes do processo de modernização do poder judiciário – “Processo Administrativo Digital”, “Protocolo Integrado”, “SigaDoc”, “Devolução Eletrônica de Mandados” e “Alvará eletrônico”, existentes no Sistema Libra e PJe do Processo Judicial Eletrônico, bem como o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Bacenjud, Serasajud, SEEU e PJe – CNJ) – que demandam do magistrado e do servidor, assim como de todos os documentos gerados por estes, garantindo o não repúdio de suas atividades, garantindo a autenticidade mediante o uso dos certificados digitais Cert-JUS do tipo A3.

Além disso, o CNJ sinalizou na resolução 90 em seus artigos 6º, IV, que os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional e segurança da informação oferecendo suporte à certificado digital padrão ICP-Brasil. Desta forma, é determinante a necessidade da aquisição de novos tokens para armazenamento de certificados digitais, além de sua renovação constante e gradual dos certificados que estão próximos ou que já tenham expirado sua validade.

Art. 6º Os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, gestão documental, interoperabilidade e outros que venham a ser recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ. (Redação dada pela Resolução n° 136, de 13.07.11)

§ 1º As novas aplicações de sistemas de automação de procedimentos judiciais deverão:

I - ser portáteis e interoperáveis;

II - manter documentação atualizada;

III - ser homologadas antes de entrar em produção;

IV - oferecer suporte para assinatura baseado em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

A aquisição do token surge como única solução disponível, frisando que durante a pesquisa de mercado encontrou-se a ARP n.º 24/2020, cujo o objeto é compatível com os requisitos elencados, motivo pelo qual sugerimos a adesão como meio de contratação, ressaltando que, conforme demonstrado, o valor registrado é o menor dentre os pesquisados, o que assegura a economicidade e afasta possíveis reflexos da instabilidade do mercado causada pela pandemia de Covid-19.





- a) **Descrição do objeto**
Registro de preço de fornecimento de tokens criptográficos para armazenamento de certificado digital.
- b) **Alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos**
A demanda objeto deste Estudo Preliminar encontra consonância com o Plano de Gestão do Biênio 2019-2021, Ação 11.3: APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO;
- c) **Objetivos com a contratação**
Prover Infraestrutura de TIC apropriada às demandas judiciais e administrativas;
Aprimorar a segurança da informação;
Primar pela satisfação dos usuários;
Atendimento sob demanda.
- d) **Benefícios a serem alcançados com a solução escolhida**
- Segurança.**
Aumentar o nível de segurança das informações e da rede do TJPA, tanto interna quanto externamente ao Órgão.
- Economicidade.**
Minimizar/eliminar o fluxo de papel atualmente presente no TJPA e, por conseguinte, baixar os custos dos processamentos administrativos, consoante previsto no Planejamento de Gestão do TJPA para o biênio 2019-2021.
- Eficiência.**
Garantir a utilização de assinaturas digitais elevando-se, assim, o grau de segurança na tramitação dos documentos nos sistemas existentes.
- e) **Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens/serviços a serem contratados**
Levou-se em consideração a quantidade de certificados a vencer de setembro de 2020 até agosto de 2021, sem contar a possível entrada de novos magistrados/servidores.

Item	Descrição	Demanda Prevista	Quantidade de Serviços	Critérios de Aferição da Quantidade	Documentos e outros Meios Probatórios
1	Mídia criptográfica	1000 para o período de 12 meses	1000 mídias criptográficas.	Certificados a vencer no período.	Quantidade de certificados a vencer.

1.8. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não haverá necessidade de adequação ao ambiente pois toda a infraestrutura necessária será provida pelo TJPA.

- a) **Infraestrutura tecnológica;**
Será provida pelo TJPA.
- b) **Infraestrutura elétrica;**
Será provida pelo TJPA.
- c) **Logística de implantação;**
Não se aplica.
- d) **Espaço físico;**
Será provido pelo TJPA.
- e) **Mobiliário;**
Será provido pelo TJPA.
- f) **Impacto ambiental.**





Não se aplica.

1.9. HISTÓRICO DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES NO TJPA

As três contratações anteriores são as que seguem: 046/2014 INPI-RJ com a empresa SOLUTI geradora do contrato 031/2015, ATA 58/2016 CNJ geradora do contrato 069/2016 com as empresas CERTISIGN (certificados digitais) e SOLUTI(token) e a ARP 011/2020/TJPA referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020/TJPA com a empresa Digisec.

Nesta última ata existiram pedidos de esclarecimento e o item referente às mídias criptográficas fracassou devido ao aumento do dólar durante a pandemia de COVID-19.

As cotações foram feitas antes da pandemia e a licitação ocorreu durante a mesma, o que ocasionou o fato de as empresas não conseguirem chegar no preço estimado desse item que é fabricado fora do Brasil.

Existiram orientações feitas pela Assessoria Jurídica em seu parecer e pela Divisão de Acompanhamento, em suas análises de conformidade.

2. SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

2.1. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

A Secretaria de Informática acompanhará o contrato durante sua vigência e não há necessidade de recursos humanos da contratada, visto que se trata meramente de aquisição do produto em questão não demandando, portanto, recursos materiais por parte do Tribunal.

2.2. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

As atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça Estadual do Pará que demandam a utilização de tokens para armazenamento de certificado digital não terão um impacto direto na eventualidade de uma descontinuidade, pois o fornecimento pode ser realizado por qualquer Autoridade Certificadora que esteja subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

2.3. ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL E DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

As atividades de transição incluem, no mínimo:

a) Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação

Não se aplica, pois o dispositivo criptográfico do tipo token não é uma solução em que há desenvolvimento de software com versionamento.

b) Transferência final de conhecimentos

Não se aplica, pois se trata apenas de aquisição de produto.

c) Devolução de recursos materiais

Não se aplica, pois não haverá devolução de recursos materiais após serem adquiridos.

d) Revogação de perfis de acesso

Não se aplica, pois não serão definidos perfis de acesso.

e) Eliminação de caixas postais

Não se aplica, pois não serão criadas caixas postais.

De forma semelhante a uma possível descontinuidade de fornecimento, as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça Estadual do Pará que demandam a utilização de dispositivos criptográficos do tipo token não terão um impacto direto na eventualidade de uma transição contratual, pois o fornecimento de tokens de armazenamento de certificado digital pode ser realizados por qualquer Autoridade Certificadora que esteja subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

2.4. REGRAS PARA ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA

Devem contemplar no mínimo:

a) A forma de transferência de conhecimento tecnológico

Não se aplica, pois não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software.



PAPRO202001874V01





b) Os direitos de propriedade intelectual e autorais da solução de tecnologia da informação e comunicação.

Não se aplica, pois não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software

3. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. NATUREZA DO OBJETO

Trata-se de contratação de empresa para o fornecimento de dispositivos tokens criptográficos para armazenamento de certificados digitais, de natureza não continuada, sem o emprego de mão de obra residente, dotados de características comumente verificáveis no mercado.

3.2. PARCELAMENTO DO OBJETO

Não se aplica, pois, trata-se de um único item.

3.3. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

A adjudicação será por item, face a existência de um único item.

3.4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

A contratação pretendida deverá ser processada por meio de adesão do item 2 da Ata de Registro de Preços nº. 24/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, originada pelo Pregão Eletrônico nº. 68/2019 do mesmo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

3.5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores decorrentes dessa despesa foram previstos na dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e foram relacionados no Plano de Contratações da Secretaria de Informática para o ano de 2020. Pelo exposto, destaca-se a disponibilidade orçamentária nas notas de reservas 2020/780, 2020/782 e 2020/783, relacionadas às ações 8651 (65%), 8652 (9%) e 8653 (26%), fonte 0118, elemento de despesa 339030. Tais informações já constam registradas no GRP/Thema e estão em conformidade com o Plano Orçamentário da Secretaria de Informática para o exercício de 2020, podendo ser alvo de reforço orçamentário se assim for necessário.

A distribuição destes recursos atenderá o Tribunal da seguinte forma:

1º Grau: 65%

2º Grau: 9%

Apoio: 26%

3.6. DOS PRAZOS

3.6.1. Prazos de entrega dos bens/execução dos serviços

O prazo de fornecimento das mídias criptográficas deverá ser de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

3.6.2. Prazo de vigência

A ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

3.6.3. Prazo de garantia dos bens e/ou serviços

A mídia criptográfica do tipo token deve possuir garantia mínima de 3 (três) anos, contados a partir da data de emissão do certificado.

3.7. RELAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO À CONTRATAÇÃO

Integrante Demandante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
Nome: ARILSON GALDINO DA SILVA	Nome: DANIEL AZEVEDO FERREIRA	Nome: ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE
Matrícula: 183318	Matrícula: 116394	Matrícula: 141160
Telefone: 3289-7181	Telefone: (91) 3289-7177	Telefone: (91) 3205-3133
E-mail: arilson.silva@tjpa.jus.br	E-mail: daniel.ferreira@tjpa.jus.br	E-mail: andrey.albuquerque@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA

--	--	--

3.8. RELAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Gestor do Contrato	Fiscal Demandante	Fiscal Técnico
Nome: DIEGO BAPTISTA LEITAO	Nome: ARILSON GALDINO DA SILVA	Nome: DANIEL AZEVEDO FERREIRA
Matrícula: 123030	Matrícula: 183318	Matrícula: 116394
Telefone: 3289-7160	Telefone: 3289-7181	Telefone: 3289-7177
E-mail: diego.leitao@tjpa.jus.br	E-mail: arilson.silva@tjpa.jus.br	E-mail: daniel.ferreira@tjpa.jus.br

3.9. DECLARAÇÃO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O registro de preços é plenamente viável com base nos elementos descritos acima, deste estudo preliminar.

Belém, 27 de novembro de 2020

(ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)



Assinado com senha por DANIEL AZEVEDO FERREIRA(usuário), ARILSON GALDINO DA SILVA(usuário) e ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE(usuário).
Use 2551457.16735055-5051 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por RICARDO DA SILVA LACERDA *Data e hora: 19/04/2022 11:27



PAPRO202001874V01

